

PATRIMÓNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA

Convergências e Novas Perspetivas

Fátima Regina Jorge
João Belo
Madalena Ribeiro
(Coord.)



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Polytechnic University



**Instituto Politécnico
de Castelo Branco**
Polytechnic University

Património, Educação e Cultura

Convergências e novas Perspetivas

Fátima Regina Jorge
João Belo
Madalena Ribeiro
(coord.)

Ficha Técnica

Título

Património, Educação e Cultura – Convergências e novas Perspetivas

Coordenadores/organizadores

Fátima Regina Jorge

João Belo

Madalena Ribeiro

Capa

Agnelo Quelhas

Editor

Instituto Politécnico de Castelo Branco

Abril de 2023

ISBN: 978-989-53931-7-6

DOI: <https://doi.org/10.53681/2023.I04/05>

Os conteúdos apresentados são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

Apoios



O Roteiro Estratégico de Desenvolvimento Turístico na afirmação sustentável do Parque Natural do Tejo Internacional

The Strategic Roadmap for Tourism Development in the sustainable affirmation of the Tejo Internacional Nature Park

Luís Quinta-Nova¹, Deolinda Alberto², Celestino Almeida³, João Neves⁴, Domingos Santos⁵

^{1,2,3}*Instituto Politécnico de Castelo Branco, Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade, Portugal, lnova@ipcb.pt*

⁴*ReThink - Grupo de Investigação em design para o Território, Portugal, joaoneves@ipcb.pt*

⁵*Instituto Politécnico de Castelo Branco, CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Portugal, domingos.santos@ipcb.pt*

Resumo

No âmbito da valorização das áreas protegidas, o tema da atividade turística surge como um denominador comum a um leque significativo de possibilidades de desenvolvimento, emergindo daqui a relevância de se proceder a estudos que perspetivem a atuação futura nestas áreas. Daqui se partiu para o desafio de proceder à elaboração de um documento de natureza prospetiva e estratégica que oriente a atuação dos stakeholders e da Cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), com vista ao desenvolvimento do sector do turismo associado aos valores desta área protegida. Para o efeito, foi implementada uma abordagem bottom-up, partindo de uma base de trabalho que emanasse das perspetivas e interesses dos agentes locais. Foram realizadas, numa primeira fase, uma série de entrevistas aos diversos atores; posteriormente, foi realizado um trabalho de prospeção e auscultação com base em discussões em grupos focais, e, por último, as ações a propor resultaram de uma validação final por parte das entidades envolvidas na cogestão do PNTI. Desta abordagem metodológica resultaram quatro domínios estratégicos de intervenção que estruturam a leitura e o campo de ação do Roteiro de Desenvolvimento Turístico do PNTI.

Palavras-chave: Desenvolvimento turístico, áreas protegidas, sustentabilidade, planeamento estratégico.

Abstract

In the context of the valorization of protected areas, the theme of tourist activity appears as a common denominator to a significant range of development possibilities, emerging from this the relevance of carrying out studies that envision future activities in these areas. This led to the challenge of proceeding with the elaboration of a prospective and strategic document that guides the steps to be taken, and accepted by the stakeholders, as well as by the Co-Management of the Tejo Internacional Nature Park (PNTI), with a view to the development of the tourism sector associated with the values of this protected area. To this end, a bottom-up approach was implemented, starting from a work base emanating from local agents' perspectives and interests. In this context, in the first phase, a series of interviews with the different actors were carried out; Subsequently, prospection and consultation work was carried out based on group discussions, and, finally, the actions to be proposed resulted from a final validation by the entities involved in the PNTI co-management process. This methodological approach resulted in four strategic intervention domains that structure the reading of the PNTI Tourism Development Roadmap.

Keywords: Tourism development, protected areas, sustainability, strategic planning.

Introdução

O turismo tem vindo a revelar-se um setor de relevo para a economia de Portugal, tanto no que diz respeito à sua componente externa como interna. O país tem vindo, nos últimos anos, a melhorar a sua posição no *The Travel & Tourism Competitiveness Index 2019* (WEF, 2019), ocupando a 12.^a posição do ranking entre 136 países (7.^a da UE). Por outro lado, os valores relativos ao turismo interno durante o ano de 2019 também indicam crescimento do fluxo turístico. Nesse ano, a frequência de viagens turísticas realizadas pelos residentes em Portugal registou um crescimento de 10,8% face ao ano anterior. Destas viagens, cerca de 87,3% (num total de 21,4 milhões de viagens) ocorreram dentro do território nacional, e a elas podem ser associadas cerca de 76,9 milhões de dormidas, o que reflete um aumento de 10,6% relativamente ao ano anterior.

Num estudo sobre a procura turística e imagem dos espaços naturais (Santos, 2018) são referidos como principais fatores motivacionais da procura de destinos de Natureza, a mudança de rotina e relaxamento, socialização, prestígio, aprendizagem, autoconhecimento e escape.

Ao mesmo tempo, debruçando sobre as dimensões segundo as quais os turistas percecionam a natureza, a autora apresenta como mais significativos a singularidade dos espaços, a autenticidade, a atmosfera espiritual e holística, lugares de risco e de aventura. Neste sentido, considera que, cada vez mais, os valores naturais e culturais dos destinos se tornam atrativos (Santos, 2018). Atenda-se aos dados que demonstram uma tendência crescente na procura turística em Áreas Protegidas em Portugal, tendo-se assistido a um crescimento de 43% no período de 2013 a 2019. Os anos de 2020 e 2021 são atípicos devido ao contexto pandémico (ICNF, 2023).

Em termos de implicações no que respeita à atividade de alojamento, no período entre 2014 e 2022, verificou-se uma tendência crescente do número de dormidas e de hóspedes em alojamento nas diferentes modalidades de Turismo em Espaço Rural; esta tendência foi interrompida no período entre 2019 e 2020 como resultado da pandemia SARS-Cov-2, notando-se uma recuperação nos dois anos seguintes, tendo-se atingido um máximo próximo dos 2,6 milhões em 2022 (PORDATA, 2023).

No âmbito do “Projeto Piloto para a Gestão Colaborativa do Parque Natural do Tejo Internacional”, protocolado em abril de 2017, entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), os Municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), a Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB) e a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, foi produzido e aprovado pelo seu Conselho de Gestão o Plano de Valorização do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI), a ser implementado entre 2018 e 2022.

Neste contexto foram privilegiados princípios e orientações que emanam da nova postura que a tutela se propôs instalar no domínio da gestão das áreas protegidas nacionais: adoção de um modelo de cogestão, colaborativa e participativa que envolva os stakeholders mais próximos do território e do contexto real; perseguir o intuito de compatibilizar a atividade humana (socioeconómica) com a preservação dos valores naturais (biológico e geológico) e culturais (arqueológico, arquitetónico e etnográfico) existentes no PNTI e reforço da identidade e do sentido de pertença da população residente relativamente ao Parque.

Conforme se assume no protocolo referido, a política de conservação da natureza e da biodiversidade, no seu papel de serviço público, deve, além de ser o garante da gestão ambiental do território, num quadro de conservação do capital natural, comprometer-se simultaneamente com o desenvolvimento local e regional.

Na análise às oportunidades identificadas com vista à valorização do PNTI, o tema da atividade turística surge como um denominador comum a um leque significativo de possibilidades de desenvolvimento, emergindo daqui a relevância de se proceder a um estudo, de natureza prospetiva e estratégica, que perspetive a atuação futura com vista ao desenvolvimento do setor do turismo associado aos valores do Parque.

Este estudo, financiado pelo Fundo Ambiental, foi realizado por uma equipa pluridisciplinar do Instituto Politécnico de Castelo Branco e materializado através de um documento intitulado “Roteiro Estratégico de Desenvolvimento Turístico no Parque Natural do Tejo Internacional”.

A presente comunicação alicerça-se nesse roteiro estratégico e encontra-se estruturada em cinco pontos: no ponto 1 será feita a apresentação dos principais instrumentos de orientação e planeamento do setor do turismo existentes em Portugal; segue-se a metodologia de investigação (ponto 2); a caracterização do PNTI (ponto 3), incluindo a identificação dos principais recursos turísticos; no ponto 4, sistematizam-se os resultados através de uma análise SWOT; por fim, no ponto 5, apresenta-se a estratégia proposta para o desenvolvimento da atividade turística no PNTI.

1. O Enquadramento Analítico e Instrumental das Áreas Protegidas nas Estratégias e Planos do Setor Turístico e do Território

A Estratégia para o Turismo 2027 (Turismo de Portugal, 2017) constitui o referencial estratégico para o turismo em Portugal, estabelecendo prioridades, identificadas em cinco eixos estratégicos dos quais, sob o ponto de vista da promoção do turismo em áreas protegidas, salientamos o de “valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; a regeneração urbana e a potenciação económica do património natural e rural”. Reconhece-se que um dos ativos diferenciadores identificados como estratégico é a natureza, sendo recomendadas tipologias de intervenção e de projetos que visam, no essencial, promover a aposta em modalidades de turismo de natureza e em espaço rural, assentes em atividades de captação de turistas que permitam potenciar economicamente o património natural e rural, assegurando, simultaneamente, a sua conservação.

O Plano Regional de Desenvolvimento Turístico (Turismo Centro de Portugal, 2019) visa a valorização e desenvolvimento das potencialidades turísticas da região Centro, a promoção interna do destino turístico Centro de Portugal e das suas sub-regiões, bem como a gestão integrada do destino no quadro do desenvolvimento turístico regional. Comporta uma visão estratégica que tenta conciliar a modernidade e o desenvolvimento com a necessária preservação dos recursos naturais, do património edificado e da autenticidade das tradições e vivência das comunidades.

A construção da marca turística “Centro” e o seu posicionamento, assentam em três vetores-chave: Autenticidade, Natureza e Espiritualidade que se materializam em 5 pilares estratégicos:

1. Cultura, História, Património, Gastronomia e Vinhos
2. Natureza, *Wellness*, Turismo Ativo, Desportivo e de Mar
3. Turismo Religioso e Espiritual
4. Turismo Corporate e Empresarial
5. Lifestyle, Inspiracional e Novas Tendências

Cada um destes pilares estratégicos é operacionalizado através de submarcas que correspondem a recursos e a produtos turísticos específicos. Sublinhe-se que, à exceção da Serra da Estrela, as áreas protegidas não constituem qualquer submarca no âmbito do segundo pilar. A própria definição deste pilar resulta confusa, pois englobar a natureza com os desportos ativos pode ser geradora de potenciais conflitos de uso. Por exemplo, no PNTI os desportos a motor não são permitidos para não perturbar o habitat de algumas espécies protegidas de avifauna.

Assim, parece-nos, que o turismo de natureza deveria constituir um pilar estratégico próprio até porque, como se salientou, a Estratégia para o Turismo 2027, de âmbito nacional, sublinha o extraordinário potencial das áreas protegidas enquanto ativos diferenciadores de procuras emergentes de ecoturismo.

O potencial das áreas protegidas, em geral, e do PNTI, em particular, aparece diluído e subalternizado enquanto recurso biofísico, cultural e histórico que pode ser colocado ao serviço de estratégias de valorização desses territórios e, naturalmente, do desenvolvimento das comunidades locais. O foco é, sobretudo, no que toca aos territórios periféricos de baixa densidade colocado nos produtos “aldeias de xisto”, “aldeias históricas”, permanecendo, sob o ponto de vista setorial do turismo na Região Centro, as áreas protegidas numa vasta zona de sombra, dado que não constituem, pelo menos explicitamente, uma prioridade de intervenção - é esse também o caso do PNTI.

Ao nível sub-regional e supramunicipal, a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB) não possui nenhum instrumento de planeamento setorial no campo do turismo. No entanto, da análise da sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (CIMBB, 2014) depreende-se que uma das áreas prioritárias de intervenção passa pela aposta no setor do turismo. No entanto, de algum modo surpreendentemente, não é dada relevância significativa nem ao PNTI, nem às restantes áreas e sítios protegidos no espaço territorial da Beira Baixa, enquanto potenciais eixos estratégicos de intervenção no quadro da promoção turística regional.

A nível local, salienta-se a existência de um plano de intervenção - Plano de Desenvolvimento Turístico – Castelo Branco 2015-2025 (CMCB, 2015) - que apresenta uma visão integrada do desenvolvimento na fileira do turismo, apontando expressamente o PNTI como “recurso diferenciado com forte potencial de aproveitamento turístico na área composta, podendo comportar atividades relacionadas com o turismo desportivo ou turismo de natureza, o que significa que teria um público-alvo bastante vasto e o espaço em questão se tornaria num polo turístico multifacetado”. A instalação e o reforço de trilhos, passeios e circuitos são tipologias

de intervenção previstas na ótica da aposta no turismo de natureza, sendo igualmente apontadas, como possíveis atividades a desenvolver, a caça, nomeadamente montarias, bem como as atividades de náutica fluvial.

Embora seja amplamente reconhecida a aposta do município de Idanha-a-Nova no setor do turismo, não existe nenhuma figura de planeamento à escala local que se foque nas estratégias de desenvolvimento do setor. A consulta do Plano Diretor Municipal atualmente em vigor (CMIN, 1994), deixa apenas antever o imenso potencial associado às componentes biofísicas e histórico-culturais do concelho, não havendo qualquer menção especial ao PNTI enquanto recurso estratégico de desenvolvimento da fileira turística.

Em síntese, é possível depreender desta análise de instrumentos de planeamento (turísticos, estratégicos e de ordenamento territorial) multinível, de âmbito nacional, regional, sub-regional e local, que:

- é deficitária a reflexão e o enquadramento programático, nomeadamente às escalas nacional e regional, acerca do papel que as áreas protegidas podem assumir enquanto vetores estratégicos de promoção de modelos alternativos de oferta turística;
- o mesmo sucede a nível da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, em que a respetiva Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial não aponta nenhum conjunto diferenciado de intervenções direcionadas para o aproveitamento e a promoção das especificidades do PNTI – como sublinhado anteriormente, as indicações sugeridas contemplam as que, “grosso modo”, são delineadas para os restantes espaços de vincada ruralidade que marcam este território;
- a nível municipal, dos diversos documentos consultados, saliência para o Plano de Desenvolvimento Turístico - Castelo Branco 2015-2025 (CMCB, 2015), que aponta expressamente para o potencial do PNTI enquanto recurso estratégico da promoção de modalidades de turismo de natureza ajustadas às dinâmicas de procura emergentes, designadamente de segmentos mais vocacionados para os diferentes formatos de turismo de natureza e de turismo cultural.

O PNTI, à semelhança da generalidade das áreas protegidas em Portugal, é, ainda, manifestamente, um recurso em bruto. Se considerarmos que a existência de recursos não é, por si só, garante de valoração e preferência turística, não será linear a relação entre riqueza patrimonial e desenvolvimento turístico. Nesta perspetiva, o grande desafio é o de identificar meios e atores, mapear dinâmicas existentes ou emergentes, para ativar os recursos, definir um cabaz de produtos/serviços, e, por consequência, criar condições para afirmar o território no quadro dos destinos turísticos que lhe interessam, contribuindo, deste modo, para acrescentar valor ao território – o mesmo é dizer, contribuir para a melhoria dos padrões de vida das comunidades locais e para a afirmação de lógicas de turismo e de desenvolvimento sustentável.

2. Metodologia de investigação

Neste estudo foi seguida uma abordagem *bottom-up*, partindo-se de uma base trabalho que emanasse das perspetivas e interesses dos agentes locais, tanto dos instalados no território do Parque como nos territórios contíguos. Nesse quadro, foram realizadas, numa primeira fase, uma série de entrevistas abertas e individuais aos diversos atores; posteriormente, foi realizado um trabalho de prospeção/auscultação com base em grupos focais, conforme a

afinidade funcional dos agentes (empreendimentos turísticos, restauração e acolhimento, promotores e animadores, governança) e, por último, as ações a propor resultaram igualmente de uma validação final por parte das entidades envolvidas no processo da cogestão do Parque Natural do Tejo Internacional.

Esta orientação norteadora do percurso metodológico adotado, assente no trabalho de campo, foi, naturalmente, combinada e enriquecida no quadro da designada triangulação metodológica, com o acesso a indicadores estatísticos e fontes documentais.

Em termos preparatórios e de enquadramento, foi realizada uma pesquisa sobre o estado da arte relativamente ao tema do Turismo em Espaço Rural, o qual se considerou o mais enquadrador da tarefa a realizar; efetuou-se, igualmente, um levantamento das principais figuras de planeamento no domínio turístico (às escalas nacional, regional, sub-regional e local); foi feita uma inventariação dos recursos e valores do PNTI com potencial de integrar a carta de produtos turísticos a oferecer; finalmente, com base na informação recolhida, procedeu-se à definição dos elementos que dão corpo à estratégia que se apresenta - análise SWOT, eixos de intervenção, objetivos a alcançar e plano de ações a empreender.

O facto de o trabalho de campo ter ocorrido num contexto excecional, devido à situação pandémica, acarretou algumas dificuldades acrescidas nas abordagens interpessoais, mas, apesar disso, pensamos que as informações recolhidas representam de forma abrangente os interesses das populações que habitam no território do PNTI. Daqui releva a forte contribuição dos resultados das reuniões de trabalho participativo e colaborativo no sentido de possibilitar o envolvimento dos atores locais, pois consideramos essencial a participação ativa da comunidade no exercício da elaboração e implementação do planeamento estratégico. Acreditamos que desta forma poderemos estimular a população à participação e à contribuição para que lhe seja assegurado o papel de protagonista ao longo do processo de desenvolvimento socioeconómico do seu território.

3. Caracterização do PNTI

O PNTI está inserido num vasto território de baixa densidade demográfica, como é a Unidade Territorial Estatística de nível III (NUT III) Beira Baixa, que compreende os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, e abrange uma população de 89.063 habitantes.

Embora nenhum aglomerado populacional se localize no interior do PNTI, verifica-se que o limite do mesmo contorna as seguintes localidades: Lentiscais, que faz parte do município de Castelo Branco, e Cegonhas, Couto dos Correias, Soalheiras, Segura e parte de Salvaterra do Extremo, no município de Idanha-a-Nova (Figura 1).

Se nos cingirmos apenas à envolvente territorial dos municípios que integram o PNTI, regista-se uma dinâmica demográfica globalmente recessiva - em três décadas, de 1991 a 2021 (Tabela 1), estes três concelhos perderam, em conjunto, 12,3% da sua população residente. De sublinhar, contudo, o padrão díspar verificado entre o município de Castelo Branco que, nesse período, viu o seu contingente demográfico diminuir apenas ligeiramente, 3,8%, enquanto os concelhos de Vila Velha de Ródão e Idanha-a-Nova perdiam um terço, ou mais, do seu efetivo populacional.

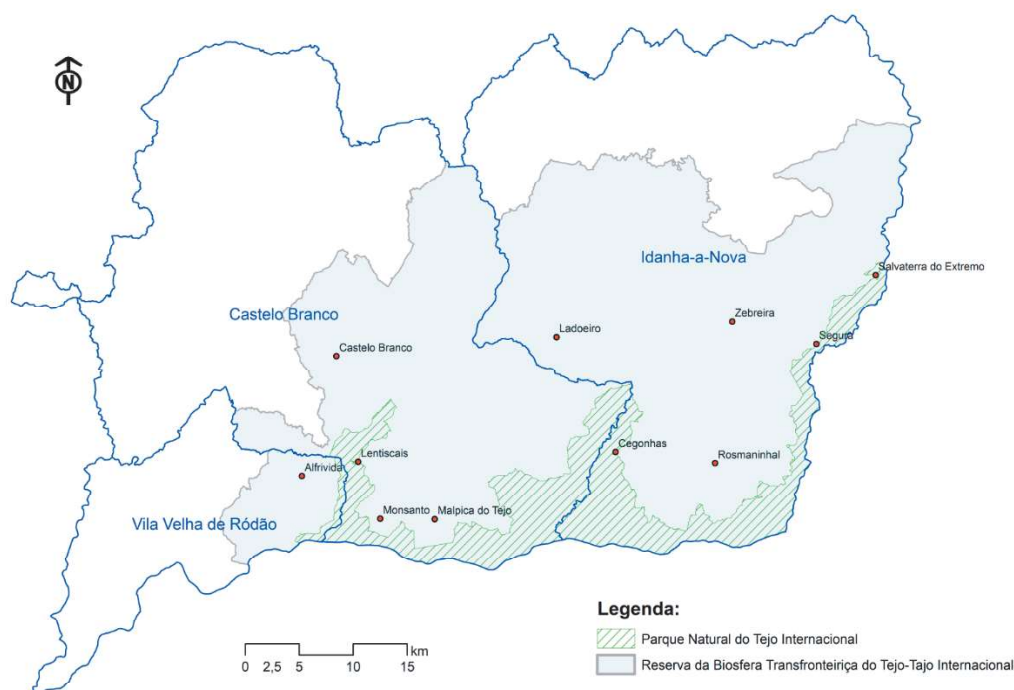


Figura 1. Localização do Parque Natural do Tejo Internacional

Tabela 1. Evolução demográfica nos concelhos do PNTI

	1991	2001	2011	2021	1991-2021 (%)
Castelo Branco	54.310	55.793	55.909	52.272	-3,8
Idanha-a-Nova	13.630	11.610	9.655	8.355	-38,7
Vila Velha de Ródão	4.960	4.085	3.517	3.285	-33,7
Sub-região	72.900	71.488	69.091	63.912	-12,3

Fonte: INE, 2022

Trata-se de um quadro demográfico negativo, marcado por um elevado envelhecimento da sua população, plasmado, igualmente, em baixas densidades populacionais - de acordo com os últimos Censos de 2021, a densidade populacional nestes concelhos é de 36,3 habitantes/km² em Castelo Branco, 5,9 habitantes/km² em Idanha-a-Nova e 10 habitantes/km² em Vila Velha de Ródão.

A diminuição da população jovem, consequência da diminuição das taxas de fecundidade e da saída de população ativa, aliada ao aumento da esperança de vida determina uma estrutura etária com grande percentagem de população com mais de 65 anos de idade - pirâmides etárias invertidas.

De referir que as freguesias da envolvente territorial do PNTI, de pendor mais rural, constituem, sem exceção, aglomerados de muita reduzida dimensão, evidenciando fenómenos intensos de emigração que têm vindo a afetar estes espaços territoriais desde, no

essencial, a década de 50, do século passado. No conjunto destas freguesias o número de residentes cifra-se em 4.701.

O PNTI, bem como a sua envolvente territorial de proximidade evidenciam um quadro demográfico preocupante do ponto de vista do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um fenómeno de natureza estrutural, que tem vindo a acentuar a anemia demográfica, o envelhecimento e o despovoamento deste espaço natural protegido.

Nos aglomerados urbanos existem alguns imóveis de interesse público e conjuntos edificados, correspondendo à tipologia característica da zona. Os montes e arraiais, as furdas ou malhadas e outras construções tradicionais, dispersas na proximidade dos povoados, correspondem ao legado dos sistemas agropecuários tradicionais. A agricultura e a pecuária foram, e de certo modo ainda continuam a ser, sustentáculos da economia local, muito alicerçada na produção de azeite, queijo, enchidos e mel.

Existem, no PNTI, muros apiários, também conhecidos por muros de abelhas. São estruturas produzidas pelas populações para defender as colmeias da ação de predadores, como o urso-pardo, hoje extinto em Portugal. Na Península Ibérica estas construções eram, tradicionalmente, de pedra, circunscrevendo recintos fechados que podiam atingir alguns metros de altura. Na área do Parque Natural do Tejo Internacional existem vários muros apiários, designadamente, os muros Marmeleiro, Silha e ribeira do Vale de Lobo, todos no concelho de Idanha-a-Nova (ICNF, 2019).

A paisagem do PNTI, e consequentemente o seu património natural, é relativamente diversificada, podendo ser lida como resultado da significativa humanização por um lado, e por outro como decorrente das características e da resposta que os recursos naturais foram dando ao longo dos processos de transformação. Atualmente, apresenta diferentes estados de conservação, atendendo à interação entre as componentes ambientais e as humanas.

As formações vegetais caracterizam-se por uma distribuição muito relacionada com a estrutura oro-hidrográfica do PNTI. Ao longo das linhas de água os tamujais são frequentes e mais raramente, no Erges, podem observar-se os amiais. As encostas declivosas que ladeiam os cursos de água são cobertas por um matagal mediterrânico rico e diverso, com afloramentos rochosos frequentes, dominados pelo xisto e, pontualmente, granito.

Nas áreas adjacentes aos cursos de água, mais aplanadas, são essencialmente cobertas por montados de sobro e especialmente de azinho, e ainda por zambujais e medronhais que se encontram em bom estado de conservação.

O valor faunístico é aquele que aporta mais reconhecimento ao PNTI em termos de conservação da natureza. Este decorre da importância das aves que nidificam ao longo dos vales dos cursos de água e nas encostas escarpadas, destacando-se como espécies mais importantes a cegonha-preta *Ciconia nigra*, a águia-real *Aquila chrysaetos*, a águia-de-bonelli *Aquila fasciata*, o abutre-do-egipto *Neophron percnopterus*, o bufo-real *Bubo bubo*, o grifo *Gyps fulvus* e o chasco-preto *Oenanthe leucura* (ICNF, 2019).

Apesar de, como anteriormente sublinhado, as aves jogarem um papel preponderante na reputação do PNTI, é certo que uma área protegida vale pelo seu conjunto e pela biodiversidade que encerra, sendo esta um elemento a considerar na estratégia de valorização dos recursos naturais. Até ao momento foram inventariadas 179 espécies de aves no PNTI. Estão ainda identificadas 39 espécies de mamíferos, 17 espécies de répteis, 13 de

anfíbios, 21 de peixes, mais de 300 espécies de insetos, das quais 189 são borboletas. Entre os mamíferos, destaca-se a presença da lontra *Lutra lutra*, espécie mais facilmente observável. O gato-bravo *Felis silvestris*, muito raramente avistado e o toirão *Mustela putoris*, são espécies noturnas que vivem nos habitats de vegetação arbustiva e florestal densa. Juntam-se a estas espécies a gineta *Genetta genetta* e o veado *Cervus elaphus*, esta última considerada comum, mas apesar disso, sempre muito interessante de avistar pela impressividade das manadas ou isoladamente, na generalidade do PNTI (ICNF, 2019).

4. Síntese Diagnóstica

A triangulação do trabalho de campo, que constituiu uma forte aposta metodológica, juntamente com a consulta de fontes documentais e dados estatísticos, permitiu carrear para o diagnóstico um leque diversificado de elementos caracterizadores do PNTI sob o ponto de vista do seu desenvolvimento turístico.

O recurso à análise SWOT (Tabela 2) pretende constituir-se como uma súmula que, de acordo com essa metodologia, permita perceber quais os principais pontos fortes, e fracos, oportunidades e ameaças que se colocam ao PNTI para se afirmar como destino turístico sustentável.

Tabela 2. Análise SWOT

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza e diversidade da avifauna (ZPE - Zonas de Proteção Especial e IBA - Important Bird Areas). • Valor paisagístico/Biodiversidade. • Rotas e percursos pedestres já traçados no território do Parque. • Território com diversas classificações da UNESCO - Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo-Tajo, GeoParque Naturtejo, Cidade Criativa da Música. • Riqueza do património cultural e arqueológico. • História e elementos etnográficos de interesse (contrabando, garimpo). • Produtos endógenos agroalimentares com reconhecimento (DOP, IGP). • Enquadramento geográfico - proximidade com as Aldeias Históricas e com o Parque Natural del Tajo Internacional. • Amenidades ambientais – valores cénicos do rio Tejo e afluentes. • Potencial cinegético. • Boas condições para observação do céu. • Potencial para o desenvolvimento de projetos de investigação científica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Díficeis acessos ao rio Tejo. • Despovoamento das aldeias. • Insuficiente conhecimento sobre o estado real de alguns dos valores naturais do Parque. • Reduzida articulação entre Portugal e Espanha na gestão do rio Tejo (caudal ecológico). • Qualidade da água do rio. • Poucos pontos de passagem transfronteiriços. • Dificuldades na articulação entre as entidades tutelares do território, ambiente e economia. • Descrédito das comunidades locais em relação ao PNTI. • Insuficiente afirmação do PNTI enquanto marca turística. • Oferta turística (alojamento, restauração, atividades de animação) reduzida. • Produtos e serviços turísticos em número insuficiente. • Falta de recursos humanos qualificados na área do turismo sustentável e inexistência de profissionais que assegurem a sua gestão operacional no PNTI. • Degradação das estruturas de apoio às atividades turísticas (postos de observação de aves).

<ul style="list-style-type: none"> • Crescente dotação de sinalética patrimonial e direcional do PNTI. • Existência de uma densidade apreciável de atores na esfera associativa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de estruturas de apoio às atividades náuticas. • Insuficiente informação turística (postos de turismo municipais). • Défice de conhecimento sobre os fluxos de procura de visitantes e turistas do PNTI. • Dificuldade com as comunicações móveis.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da procura do turismo em natureza. • Potencialidades para Birdwatching • Desenvolvimento de iniciativas conjuntas com o GeoParque Naturtejo. • Adesão à rede europeia de turismo sustentável. • Potencial incremento das relações de cooperação com outras áreas protegidas, nacionais e internacionais (nomeadamente na província espanhola da Extremadura). • Certificação do território como Dark Sky. • Melhoria dos níveis de gestão da atividade cinegética. • Termalismo e wellness. • Neo-ruralidade e aumento da procura por produtos alimentares tradicionais. • Crescente sensibilização para as questões da preservação da biodiversidade e dos valores ambientais e patrimoniais. • Captação de novos públicos de proximidade, nomeadamente infanto-juvenil e sénior. • Modelo da co-gestão - maior proximidade com as comunidades locais. • Disponibilidade de fundos do Plano de Recuperação e Resiliência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Constrangimentos decorrentes do facto do território ser maioritariamente privado (acessos ao rio). • Abordagem demasiado administrativa por parte do ICNF. • Perda de valor paisagístico devido a área de eucaliptal. • Regressão das atividades agrícolas tradicionais. • Acentuado grau de erosão e degradação dos solos. • Diminuição do caudal do rio e deterioração da qualidade da água. • Presença de plantas invasoras aquáticas e crescente eutrofização do rio. • Mortalidade não natural de algumas espécies. • Problemas sanitários em algumas espécies de interesse cinegético. • Problemas fitossanitários e declínio de alguns ecossistemas como o montado. • Relações bilaterais Portugal/Espanha no domínio ambiental/jurídico. • Não inclusão de visitas pedagógicas ao PNTI nos projetos educativos dos agrupamentos escolares da envolvente local e regional. • Cobertura de rede móvel e internet muito limitada. • Fogos rurais. • Impacto das alterações climáticas.

5. Estratégia proposta para o desenvolvimento da atividade turística no PNTI

A proposta emerge de um exercício de tentativa de responder à análise diagnóstica realizada, ao mapeamento de pontos fortes e fracos, bem como à deteção de oportunidades e ameaças na esfera do turismo de natureza.

A definição da Estratégia do Roteiro de Turismo consubstanciou-se na definição de 4 eixos de intervenção que balizam os mecanismos de coordenação, cooperação institucional e otimização de esforços e recursos que convergem no PNTI, estabelecendo um quadro geral

de referência que visa contribuir para a afirmação dos princípios de turismo sustentável neste território. Assim, para cada um dos eixos: i) infraestruturas de suporte e qualidade ambiental e paisagística; ii) oferta turística; iii) comunicação; iv) governança. Foram estabelecidos um objetivo geral e a uma série de objetivos específicos, bem como um conjunto de ações a serem desenvolvidas e implementadas no PNTI. As ações sugeridas decorrem da metodologia participativa que assentou na mobilização dos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento turístico do território.

A estratégia adotada assenta na conjugação, por um lado, da crescente valorização da área protegida enquanto ativo natural e ambiental e, por outro, na densificação e qualificação dos atores locais, empresariais, associativos e públicos, com interesses na fileira do turismo e do lazer. Essas opções estratégicas resultam de uma ampla leitura dos desafios que se colocam à afirmação do PNTI enquanto destino turístico, procurando criar um quadro global de condições favorecedoras da geração de dinâmicas virtuosas de desenvolvimento sustentado. Neste contexto, a recente implementação dos princípios da cogestão vêm potenciar a compatibilidade dos objetivos de desenvolvimento económico das comunidades locais com os objetivos de preservação e valorização dos espaços naturais protegidos.

Com a proposta do Roteiro Estratégico de Desenvolvimento Turístico do PNTI (IPCB/ICNF, 2021) pretendeu-se aproveitar a oportunidade para reunir, neste território, dinâmicas complementares e mesmo convergentes, dotando o território de lógicas inteligentes, sustentáveis e inclusivas, onde se perspetiva acréscimos na criação de riqueza, decorrentes da intervenção colaborativa e integrada de todos os atores do território nos diversos níveis a considerar: local, municipal e regional. A lógica alargada de intervenção é perspetivada também como promotora de maiores níveis de coesão social nas comunidades do PNTI.

A intervenção estará, desejavelmente, muito dependente do envolvimento global dos principais protagonistas, as comunidades locais com a diversidade dos seus *stakeholders*. Todos são credores de um processo de capacitação potenciador da aptidão para cuidar dos recursos naturais, paisagísticos e culturais, criar produtos e serviços polarizadores de fluxos de procura turística, estabelecendo incentivos e suporte técnico, e estimulando neles ao mesmo tempo uma forma de gestão do espaço protegido compartilhado. É fundamental, no quadro desta abordagem voluntarista e endógena, que todos esses atores locais aproveitem as oportunidades do espaço natural como ativo turístico estratégico para o desenvolvimento sustentável.

Este processo de afirmação do PNTI enquanto destino turístico sustentável deverá ser acompanhado assumindo a gradualidade do mesmo e tendo em linha de conta, também, as peculiaridades do posicionamento geográfico-estratégico do PNTI, nomeadamente através da abertura à possibilidade de encontrar soluções de oportunidade e escala no seio da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional. Trata-se, de facto, de perceber que o futuro desenvolvimento da fileira do turismo neste território raiano só terá a ganhar se perspetivado num quadro de maior abertura geográfica e institucional. No fundo, cumpre-nos o quase dever de colher as vantagens inerentes ao estatuto de Reserva da Biosfera, uma chancela da UNESCO que o considera uma referência mundial para a conservação e para o desenvolvimento sustentável.

Igual postura será de considerar no que respeita à oportunidade de reforçar as ligações com a organização do país vizinho, o Parque Natural del Tajo Internacional, nomeadamente pela

(re)aproximação de comunidades transfronteiriças com laços históricos de vivência conjunta e cooperação, com é o caso das freguesias de Malpica do Tejo e Perais com os *ayuntamientos* de Herrera de Alcántara e Cedillo. Os problemas são comuns e reclamam basicamente soluções que poderão apresentar igualmente traços comuns, nomeadamente no que respeita à gestão do espaço e das acessibilidades, à relação público-privado, as quais devem permitir um usufruto do PNTI consentâneo com as finalidades de desenvolvimento turístico sustentável.

O exercício de diagnóstico realizado permitiu perceber que a estratégia de desenvolvimento turístico sustentável preconizada para o PNTI deve ser de largo espectro, combinando quer domínios *hardware*, nomeadamente em matéria de manutenção e reforço da base infraestrutural de suporte da atividade turística, quer domínios *software*, mediante a aposta na qualificação dos atores empresariais, associativos e institucionais em matéria de turismo, quer, também, domínios *organware*, nomeadamente os atinentes ao design do quadro de organização e governança que deve suportar esta trajetória de aposta no desenvolvimento turístico sustentável.

Conforme atrás se referiu, foram estabelecidos 4 eixos estratégicos, que passamos a descrever, apresentando, contudo, uma salvaguarda relativa à dimensão temporal, onde se considera a necessidade de atender, por um lado, a necessidades de curto prazo, mas remete essencialmente para o médio prazo, entendido aqui como um horizonte temporal de 3 anos.

Eixo estratégico 1 - Domínio de Intervenção: infraestruturas de suporte e qualidade paisagística e ambiental, cujo objetivo geral será melhorar as infraestruturas de suporte e a qualidade ambiental do PNTI para reforçar o seu potencial como destino de ecoturismo de qualidade e sustentável. Concorrem para este propósito os contributos alcançados na persecução dos seguintes objetivos específicos: reforço e requalificação da sinalética com finalidades turísticas; melhoria da qualidade ambiental do território; criação e manutenção de estruturas turísticas de apoio à visitação; reforço do quadro de acessibilidades aos principais pontos de interesse turístico.

Eixo estratégico 2 - Domínio de Intervenção: oferta turística e economia local, cujo objetivo geral será aumentar a oferta turística pela aposta em projetos assentes na qualidade e sustentabilidade. Como objetivos específicos pretende-se: o reforço da rede de oferta turística do PNTI, nomeadamente em termos de alojamento, restauração e animação; divulgação e sensibilização para os sistemas de certificação da qualidade turística, fomentando a sua aplicação no PNTI; atividades de *Benchmarking*; incremento do conhecimento e capacitação sobre o PNTI, nomeadamente do ponto de vista turístico, dos diferentes atores empresariais, associativos e institucionais, e da própria comunidade local.

Eixo estratégico 3 - Domínio de Intervenção: comunicação, cujo objetivo geral será melhorar a produção de informação turística relevante, a promoção e o marketing do destino turístico PNTI. Concorrem para este propósito os contributos alcançados na persecução dos seguintes objetivos específicos: melhorar o planeamento, a gestão do conhecimento e valorizar os recursos patrimoniais do PNTI para os turistas e visitantes; melhorar a divulgação, informação e promoção dos valores do PNTI e seu entorno, bem como a oferta turística sustentável do mesmo; promover o PNTI, e a sua envolvente de proximidade, junto dos agentes de turismo nacionais e internacionais; criar uma comunidade de ecoturistas

amigos do PNTI; apoiar a realização de eventos de promoção e valorização do destino turístico PNTI.

Eixo estratégico 4 - Domínio de Intervenção: governança, cujo objetivo geral será melhorar a coordenação e a colaboração dos diferentes stakeholders envolvidos no desenvolvimento turístico do PNTI. No que respeita a objetivos específicos, foram definidos os seguintes: fortalecimento das estruturas de participação no processo de afirmação turística do PNTI; instituir uma gestão operacional profissionalizada do turismo no PNTI; fomentar o trabalho em rede e as atividades de colaboração entre os atores empresariais, associativos e institucionais; criação de mecanismos de monitorização e avaliação do destino turístico PNTI.

Referências Bibliográficas

- CIMBB - Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (2014). *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Beira Baixa*. CIMBB.
- CMCB - Câmara Municipal de Castelo Branco (2015). *Plano de Desenvolvimento Turístico - Castelo Branco 2015-2025*. CMCB.
- CMIN - Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (1994). *Plano Diretor Municipal de Idanha-a-Nova*. CMIN.
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2023). *Visitantes das Áreas Protegidas sob gestão do ICNF*. Consultado em março de 2023. <https://www.icnf.pt/turismodenatureza/visitantesevisitas>
- ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2019). *Livro Oficial do Parque Natural do Tejo Internacional*. ICNF.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2022). *Estatísticas da População*. Portal do INE. Consultado em dezembro de 2022. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_tema&xpid=INE&tema_cod=1115&xlang=pt
- PORDATA (2023). *Ocupação de Alojamentos Turísticos*. Consultado em março de 2023. <https://www.pordata.pt/portugal/dormidas+nos+alojamentos+turisticos+total+e+por+tipo+de+estabelecimento-2612-303875>
- IPCB/ICNF - Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2021). *Roteiro de Desenvolvimento Turístico do Parque Natural do Tejo Internacional*. IPCB.
- Santos, J.M., (2018). *Turismo de Natureza: Procura Turística e Imagem dos Espaços Naturais*, Tese de Mestrado em Gestão Turística, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu, Viseu.
- Turismo Centro de Portugal (2019). *Plano Regional de Desenvolvimento Turístico 2020-2030*. Turismo do Centro de Portugal.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027 - Liderar o Turismo do Futuro*, Turismo de Portugal. Turismo de Portugal.
- WEF - World Economic Forum (2019). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019*. Consultado em dezembro de 2022. <https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019/>